

SE VOCÊ ESTÁ PROCURANDO A PRISÃO, VOCÊ ENCONTROU A TERRA: PENSANDO PERIFERIA E ENCARCERAMENTO A PARTIR DA CPT JUAZEIRO¹

Adalton Marques²

Resumo: Neste artigo apresento um conjunto de formulações, enunciadas ou acionadas por interlocutoras/es da Comissão Pastoral da Terra de Juazeiro-BA, a respeito das relações entre o processo de expropriação de terras disparado pela construção da barragem de Sobradinho e a expansão das periferias de Juazeiro e Petrolina-PE. A formulação que tomo como guia deste conjunto e que utilizo como título deste artigo, foi formulada por Marina Rocha Braga, agente desse serviço pastoral. Foi ela quem chamou a minha atenção para essas relações, dizendo que o estudo das periferias e prisões dessas cidades exige a compreensão do *cativo da terra*. Na primeira parte deste artigo eu trato desse encontro com Marina e de seus desdobramentos iniciais, enquanto na segunda parte

¹ Este artigo, como ficará evidente, não poderia ser concebido sem os ensinamentos das minhas camaradas da Comissão Pastoral da Terra (CPT): Marina Rocha Braga, Maria Aparecida Silva e Vanúbia Martins de Oliveira. Também não seria possível sem a dedicação de Ana Luiza Souza Jesus, Izabel Castro, Josefina Xavier, Nathália Serafim e Sabrina Bezerra, no momento em que germinava o que viria a ser o Cercos – Grupo de Estudos sobre Cercamentos, Controles e Mercados (UNIVASF).

Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no evento “CPT e CEBs: espiritualidade, militância e conflito em três registros etnográficos”, organizado pela Rede NuAP e realizado em 25/05/2022, oportunidade em que pude partilhar a mesa com Lívia Rabelo e Igor Rolemberg, ambos do PPGAS - Museu Nacional (UFRJ), e me beneficiar, especialmente, dos comentários de Ana Claudia Marques (USP). Também agradeço a Eduardo Dullo e ao pessoal do LAPSO – Antropologia da Moral e da Política (PPGAS/UFRGS) pelos comentários e pela oportunidade de apresentar este artigo em 22/06/2022. Uma leitura extremamente cuidadosa foi feita por Fabio Candotti (UFAM), parceiro de longa data. Finalmente, agradeço às/aos pareceristas pelas sugestões de ajuste do texto.

² Doutor em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos, Brasil, e professor do Colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasil. E-mail: adalton.marques@univasf.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1767-9617>.

procuro evidenciar como esse problema levantado por ela se adensa em outras formulações feitas por agentes pastorais e por companheiras/os de comunidades atingidas por grandes projetos energéticos, mas também como se conecta a formulações mais antigas que também compõem ou foram acionadas pelo mesmo trabalho pastoral. Na terceira e última parte eu apresento cinco exemplos que foram expostos por Marina para explicar o que é o *cativoiro*, e em seguida, arriscando uma generalização, indico como eles fornecem elementos para pensar as periferias urbanas de Juazeiro e Petrolina como cativoiros por excelência, bem como para organizar os dados que venho reunindo sobre a expansão prisional e policial nessas duas cidades.

Palavras-chave: Comissão Pastoral da Terra; Expropriação de terras; Periferias; Vale do Submédio São Francisco.

*IF YOU'RE LOOKING FOR THE PRISON, YOU'VE FOUND THE LAND:
THINKING PERIPHERY AND INCARCERATION FROM THE CPT JUAZEIRO*

Abstract: In this article I present a set of formulations, enunciated or activated of the Pastoral Land Commission of Juazeiro-BA, regarding the relations between the land expropriation process triggered by the construction of the Sobradinho dam and the expansion of the peripheries of Juazeiro and Petrolina-PE. The formulation that I take as a guide for this set and that I use as the title of this article was formulated by Marina Rocha Braga, agent of this pastoral service. It was she who called my attention to these relationships, saying that the study of the peripheries and prisons of these cities requires an understanding of the *captivity of the land*. In the first part of this article I deal with this meeting with Marina and its initial developments, while in the second part I try to show how this problem raised by her is consolidated in other formulations made by pastoral agents and by companions of communities affected by large energy projects, but also how it connects to older formulations that also compose or were triggered by the same pastoral work. In the third and last part I present five examples that were exposed to me by Marina to explain what *captivity* is, and then, risking a generalization, I indicate how they provide elements to think about the urban peripheries of Juazeiro and Petrolina as captivity par excellence, as well as to organize the data I have been gathering on prison and police expansion in these two cities.

Keywords: Pastoral Land Commission; Land expropriation; Peripheries; Sub-medium San Francisco Valley.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresento um conjunto de formulações, enunciadas ou acionadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Juazeiro-BA, a respeito das relações entre o processo de expropriação de terras, disparado pela construção da barragem de Sobradinho (inaugurada em março de 1978), e a expansão das periferias de Juazeiro e Petrolina-PE. Agente desse serviço pastoral, foi Marina Rocha Braga quem chamou a minha atenção para essas relações dizendo que o estudo das periferias e prisões dessas cidades exige a compreensão do *cativeiro da terra*³. Na primeira parte deste artigo, eu trato desse encontro com Marina e de seus desdobramentos iniciais. Na segunda parte, procuro evidenciar como esse problema, levantado por ela, se adensa em outras formulações feitas por agentes pastorais e por companheiras/os de comunidades atingidas por grandes projetos energéticos, e também como se conecta a formulações mais antigas que compõem ou foram acionadas pelo mesmo trabalho pastoral. Na terceira e última parte, eu apresento cinco exemplos expostos por Marina para explicar o que é o *cativeiro*, e, em seguida, arriscando uma generalização, indico como eles fornecem elementos para pensar as periferias urbanas de Juazeiro e Petrolina como cativeiros por excelência, bem como para organizar os dados que venho reunindo sobre a expansão prisional e policial nessas duas cidades.

A relevância dessa discussão talvez possa ser medida pela diferença de problema em relação aos dois principais campos de pesquisa das Ciências Sociais, que tratam das conexões entre periferia, criminalidade e segurança pública. As bases fundacionais da Sociologia da Violência (Coelho, 1978, 1980 e 1988; Paixão, 1983, 1990 e 1994; Zaluar, 1985, 1994a; 1994b; Adorno; Bordini, 1989), por exemplo, estruturaram um enorme campo de pesquisa sobre a eficiência das instituições de controle, suas qualidades democráticas e atenção aos direitos humanos. As múltiplas abordagens etnográficas acerca da criminalidade, por sua vez, têm sofisticado seus recursos metodológicos para seguir seus interlocutores

³ Farei uso de itálico principalmente para grafar as expressões e formulações das minhas interlocutoras e, em algumas poucas ocasiões, para grafar palavras estrangeiras.

relacionados a moralidades criminais, a comandos prisionais e a mercados ilegais⁴. O problema da expropriação de terras não está no horizonte desses campos, fortemente centrados em pesquisas desenvolvidas nas cidades contemporâneas Rio de Janeiro e São Paulo. Retraçar suas conexões com a formação das malhas urbanas e a emergência de instituições de controle exige recuo historiográfico para compreender o deslocamento do centro produtivo cafeeiro brasileiro, ao longo do século XIX, da Baixada Fluminense à serra acima, o que dependeu da conversão das terras inexploradas do Vale do Paraíba (que compreendia territórios das províncias de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), do Oeste Velho e do Oeste Novo de São Paulo em típicas zonas de *plantation*, mas também da ampliação exponencial do tráfico de pessoas escravizadas (cf. a tese da “segunda escravidão”, de Tomich, 2011), da inovação do padrão técnico da produção (Franco, 1997), de uma nova administração escravocrata (Marquese, 1997, 2004, 2009 e 2019) e do longo processo de marginalização social e econômica contra “livres”, “libertos” e “pobres” (Kowarick, 2019)⁵.

Outras regiões, outros problemas, outros “artifício[s] protético[s]” que possibilitam a construção de “traduções” e de “modos específicos de ver” (Haraway, 1995, p. 22). Rodrigues (2019), em sua pesquisa sobre “mercados ilícitos” em Maceió-AL, chamou atenção para a necessidade de comparar os “desenvolvimentos históricos e das mútuas ligações entre os processos de estatização policial e da mercantilização das periferias urbanas entre os diferentes estados brasileiros” (p. 212); ao que poderíamos acrescentar a questão fundiária e a diferença entre mesorregiões, e mesmo microrregiões, dentro de cada estado. Em uma proposição, o estudo das periferias e prisões no Vale do Submédio

⁴ Para um contraste entre Sociologia da Violência e Antropologia do Crime, cf. Barbosa (2016). Para um recenseamento das abordagens etnográficas acerca do “crime”, cf. Aquino e Hirata (2018).

⁵ Venho me dedicando a esse esforço de pesquisa em três projetos em curso: “Do cativo ao salário: punição, produção e proletarização em *O Auxiliador da Indústria Nacional*” (PIBIC-CNPq, 2021-2022 e 2022-2023); “Punição, produção e escravidão: uma análise de *O Auxiliador da Indústria Nacional*” (PIBIC-FAPESB, 2021-2022); e “Emergências da proletarização em Pernambuco e no Centro Sul: uma comparação histórico-antropológica a partir d’*O Auxiliador da Indústria Nacional* (1840-1860)” (BIC-FACEPE – 2021-2022).

São Francisco impõe diferenças de objeto e exige deslocamentos conceituais em relação aos estudos análogos realizados em outras localidades.

Antes de passar para a primeira parte, é importante expor alguns dados sobre a transformação populacional de Juazeiro e Petrolina, que dão uma ideia da expansão de suas áreas urbanas. A taxa geométrica de crescimento populacional de Petrolina nas décadas de 1940 e 1950 foi de 3,3; em 1950 e 1960, 2,7; e nas décadas de 1960 e 1970, 5,6. Considerando os mesmos períodos para Juazeiro, obtêm-se as seguintes taxas: 3,1, 1,7 e 4,2. Para compreender o impacto regional dessas taxas, vale a pena notar que os estados de Pernambuco (2,6, 2,2 e 2,5) e Bahia (2,3, 2,5 e 2,5) não tiveram o mesmo salto populacional no último período (Pereira, 2012, p. 89-90). A evolução da população urbana e rural do município de Petrolina também ajuda a compreender essa transformação: em 1960 a população total era de 33.517, composta por 13.643 pessoas vivendo na área urbana e 19.874 nas áreas rurais; em 2000 esses números saltam para 218.538, 166.279 e 52.259 respectivamente (Coelho, 2007, p. 39). Finalmente, o censo 2010 aponta que a população de Juazeiro (197.965 pessoas) era composta por 130.329 pessoas naturais do município e 67.636 não naturais; enquanto Petrolina (293.962 pessoas) por 157.770 e 136.192 pessoas, respectivamente. Esse conjunto de dados indica grandes deslocamentos populacionais entre as áreas rurais desses municípios e de outros que se avizinham para as suas malhas urbanas⁶.

⁶ Uma das maneiras frequentes de delimitar essa vizinhança se faz por meio de referência à chamada RIDE - Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina e Juazeiro, criada pela Lei Complementar nº 113/2001, regulamentada pelo Decreto n.º 4.366/2002 e reinstituída pelo Decreto n.º 10.296/2020. Do lado baiano, compõem a RIDE os municípios de Casa Nova, Curaçá, Juazeiro e Sobradinho, enquanto do lado pernambucano, Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista. Para a CPT Centro Norte – Juazeiro, considerando o alcance diocesano, essa vizinhança baiana deve ser estendida a oeste para os municípios de Remanso, Sento Sé, Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes, e a leste, para Uauá. Pereira (2012), levando em conta as ferramentas do IBGE para definir regiões de influência de centros urbanos, considera os municípios citados anteriormente (exceção a Uauá) e acresce outros quatro pernambucanos (Afrânio,

SE VOCÊ ESTÁ PROCURANDO A PRISÃO, VOCÊ ENCONTROU A TERRA

Durante a Greve Geral de 30 de junho de 2017, quando manifestantes, sindicatos e movimentos sociais se reuniram na Praça do Bambuzinho, em Petrolina-PE, para protestar contra o governo Temer, a lei das terceirizações e as reformas da previdência e trabalhista, encontrei um grande parceiro, Ícaro Cardoso Maia, geógrafo e docente do Colegiado de Agronomia da UNIVASF, que, pela primeira vez, falou-me sobre a Comissão Pastoral da Terra de Juazeiro (CPT Juazeiro). Ele estava trabalhando ativamente na construção de cartografias sobre os modos de vida e resistências de cinco comunidades que conformam o Território de Fundo de Pasto de Areia Grande, localizado no município de Casa Nova-BA (Maia, 2020). Aproveitando o ensejo, lhe falei sobre meu interesse na discussão sobre segurança pública e que seria muito importante saber se havia ações da Pastoral Carcerária em Petrolina e/ou em Juazeiro-BA. Ícaro me recomendou que fosse à Diocese de Juazeiro para perguntar sobre a existência de trabalhos pastorais em unidades prisionais, mas também reforçou que seria interessante conhecer a CPT Juazeiro, ressaltando o empenho do seu pessoal em servir às lutas de comunidades tradicionais, assentamentos e pequenos agricultores contra formas variadas de violações às suas existências.

Na segunda-feira seguinte fui, às 8h30, para a Diocese de Juazeiro, tomando como ponto de referência o prédio do INSS da Avenida Adolfo Viana. A instrução era colocar a mão no vão do portão, abrir a tranca e me encaminhar para o prédio à esquerda, onde as salas eram reservadas para as variadas pastorais. Lembro que Ícaro havia me dito na sexta-feira anterior: *vai subindo e lendo as placas e vê se tem a Pastoral Carcerária*. Não lembro da ordem das pastorais do primeiro pavimento, mas nenhuma delas estava aberta

Cabrobó, Dormentes e Terra Nova) para definir o que chama de Região Integrada de Desenvolvimento Expandida (RIDEEX). Em minhas investidas a campo, encontrei muitas referências a mudanças de famílias de Serra Talhada-PE (a 330 km de Petrolina) em busca de empregos na fruticultura desenvolvida nos perímetros irrigados da região. Chamo atenção para essa plasticidade para reforçar que uma definição provisória sobre esses deslocamentos dependerá de mais pesquisas documentais e etnográficas.

para que eu pudesse obter informações. Chegando no pavimento superior, entretanto, encontrei uma mulher que andava rápido entre duas salas abertas e que parecia estar trabalhando há horas. Após lhe cumprimentar e lhe desejar bom dia, perguntei sobre a existência de uma Pastoral Carcerária, ao que ela respondeu prontamente: *Se você está procurando a prisão, você encontrou a terra. Vamos entrar*. Completamente sem reação, entrei na sala e aceitei o convite para sentar na mesa, rodeada de arquivos, e tomar um café.

Essa mulher é Marina Rocha Braga, nascida na comunidade de fundo de pasto de Riacho Grande⁷, deslocada à força com seus familiares de suas terras e formas de vida durante a construção da barragem de Sobradinho, iniciada em junho de 1973. Mas não apenas uma vez. Realocada com sua família nas margens do reservatório, onde a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) garantiu que as águas não chegariam, sofrendo todos os efeitos da “descapitalização cumulativa” (Sigaud, 1986, p. 46 e ss.) provocada pela expropriação fundiária (Duqué, 1983) e “desestruturação de seus meios de produção” (Sigaud, 1986, 60-61), que bem poderia ser traduzida pela noção de “confiscação de modos de vida” (Villela e Vieira, 2020), foram novamente deslocadas durante as cheias artificiais de 1979 e 1980 (Sigaud, 1986 e 1992; Siqueira, 1992)⁸. Professora em uma escola municipal localizada na sua

⁷ Junto com as comunidades de Salina da Brinca, Melancia, Jurema e Ladeira Grande formam o Território de Fundo de Pasto de Areia Grande.

⁸ Por entender que a cronologia da construção da barragem de Sobradinho é fundamental para compreender o que Lygia Sigaud chamou de “imprevidência do Estado” (1986, p. 23 e ss.) e “descapitalização cumulativa” (id. *ibid.*, 46 e ss.), recentemente produzi um texto com minhas/meus alunas/os cujo objetivo foi reunir as marcações cronológicas desse acontecimento a partir das contribuições dessa autora e também de Ruben Siqueira (1992), que atuou na CPT Juazeiro junto às populações atingidas (Marques *et al.*, 2022). Essa produção foi realizada no âmbito do *Núcleo Temático Memórias e Lutas Sociais no Vale do Submédio São Francisco*. Os NTs são componentes curriculares obrigatórios nos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação da UNIVASF, com carga horária mínima de 120 e máxima de 240 horas semestrais, sendo necessariamente multidisciplinares e devendo articular, de maneira indissociável, ensino, pesquisa e extensão. As produções do referido NT estão alocadas no site do *MemoLutas – Vale do Submédio São Francisco* (memolutas.org).

comunidade entre os anos de 1975 e 1977, Marina participou dos primeiros movimentos de organização das Comunidades Eclesiais de Base animadas pelo padre João Molnar, da Paróquia São José Operário (Casa Nova), quando se deu a chegada do bispo Dom José Rodrigues de Souza à Diocese de Juazeiro em 1975. Esse bispo foi responsável pela conversão do trabalho diocesano da região, guiado sob seu bispado para auxiliar as populações atingidas pelos efeitos destrutivos da barragem de Sobradinho. Não à toa, Dom José Rodrigues ainda é conhecido como *o bispo dos excluídos*. Marina foi testemunha da criação das pastorais da diocese em 1976 e, principalmente, das ações que a CPT Juazeiro passou a desempenhar nas comunidades da região desde então. Convidada pelo novo bispo a participar de uma formação de animadores de comunidades e a visitar diversas localidades pelo trabalho diocesano, ela se engajou na Pastoral da Juventude do Meio Popular junto aos camponeses e, centralmente para a época, no apoio às suas lutas por indenizações mais justas em face do deslocamento forçado gerenciado pela CHESF⁹. Concursada pelo Estado da Bahia em 1977 e lecionando na Escola Estadual Conselheiro Luiz Viana, localizada na cidade de Casa Nova, Marina adentrou a década

univasf.edu.br), um memorial inspirado no Programa de Memória dos Movimentos Sociais (www.memov.com.br) que é sediado no Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE/UFRJ) e coordenado pelo professor José Sergio Leite Lopes (Museu Nacional/UFRJ).

⁹ A construção da barragem de Sobradinho esteve apoiada numa legislação que se pode definir, seguindo Vainer (2003), por “patrimonial-territorialista”. Um dos interlocutores de Siqueira (1992), Dilermano, da comunidade Pascoal, Sento Sé-BA, definiu bem o absurdo que se impôs: “[...] foi a primeira vez e talvez a última que o comprador era quem dá o preço por aquilo que ele vai comprar. Antes eu nunca tinha visto e, também, depois também não. Quem dá o preço é o dono. Mas a CHESF é quem comprava, quem ia indenizar, é quem dava o valor. Uma coisa estranha isso” (p. 245). A lei permitia indenizar apenas benfeitorias e as terras com título de propriedade. Os posseiros, que viviam nas chamadas terras devolutas, foram completamente esbulhados. Operacionalmente, como evidencia a bibliografia, a construção foi imposta, executada a base de ameaças, engodos, arbitrariedade na definição dos valores indenizatórios, insuficiência das indenizações e sem informações e canais de comunicação clara com as populações atingidas (Sigaud, 1986 e 1992; Martins Costa, 1990; Siqueira, 1992; Daou, 2013).

de 1980 participando das ações promovidas pela Diocese de Juazeiro e das formações inspiradas nas novas bases da ação eclesial instauradas pelo Concílio Vaticano II, que ganharam ampla repercussão na América Latina por meio das Conclusões de Medellín (CELAM, 1968) e das Conclusões de Puebla (CELAM, 1979). Uma dessas formações, ocorrida em Salvador no ano de 1979, com duração de nove meses, foi decisiva para sua compreensão de mundo e para definir seus passos futuros. Foi na década de 1980, após um período morando em São Paulo, que ela se mudou para Juazeiro e se engajou no trabalho da CPT, no qual permanece ativa até hoje.

À mesa com Marina, ela pediu que eu lhe contasse sobre meus interesses de pesquisa. Após lhe dizer que Ícaro havia me falado sobre o trabalho da CPT Juazeiro na semana anterior, contei-lhe que havia acabado de defender uma tese a respeito da história da segurança pública em São Paulo estruturada em quatro objetivos centrais. O primeiro consistia em deslindar os meios pelos quais autoras/es que estudavam a relação entre a produção social da pobreza e a produção social da criminalidade foram apagadas/os nos debates sobre segurança pública que se avolumaram na década de 1980 (Marques, 2018, p. 127 e ss.). O segundo, em evidenciar que esse apagamento se fundou em uma nova governança jungida a uma nova teorização sobre as causas da “violência urbana” ou “criminalidade violenta”, que rechaçava formulações “economicistas” e fixava seus limites no problema do funcionamento das instituições de controle (*id. ibid.*, p. 71 e ss.; 127 e ss.). O terceiro objetivo consistia em correlacionar a defesa que esse novo enunciado sobre a segurança pública traçava a respeito da eficiência penal à vultuosa expansão prisional iniciada em São Paulo, durante o governo Montoro, tornada questão nacional durante os dois mandatos de FHC e elevada ao que chamei de “vértice do punitivismo-desenvolvimentista” ao longo dos dois mandatos de Lula e do primeiro de Dilma Rousseff (*id. ibid.*, p. 169 e ss.). Finalmente, o último objetivo consistia em retomar a potência analítica das referidas pesquisas do final da década de 1970 que propunham pensar o problema da produção da pobreza e da produção da criminalidade em conjunto, não para defender a natureza estritamente econômica dos fenômenos criminais ou para buscar uma anulação das contribuições feitas pelas explicações institucionalistas, mas justamente para

escapar de seu reducionismo etiológico (*id. ibid.*, p. 213 e ss.). Afinal, em face de um fenômeno tão complexo, que parece devorar todas as tentativas mobilizadas para detê-lo, contar com dois esforços explicativos parecia (e ainda parece) um melhor ponto de partida do que se entrincheirar em apenas um.

Querendo desdobrar os esforços dessa tese, interessava-me conhecer trabalhos pastorais em unidades prisionais de Juazeiro e de Petrolina, para que eu pudesse começar a pensar formas de iniciar uma nova pesquisa voltada para essa região. Marina ouviu tudo atentamente. Disse-me que a Pastoral Carcerária não tinha um escritório para atendimento regular, mas que se eu quisesse compreender os cárceres daquelas cidades seria preciso compreender o *cativeiro da terra* (voltarei a essa questão mais adiante), os meios pelos quais milhares de camponeses foram e são empurrados para as periferias das cidades após perderem seus modos de vida e de produção. Confinados nessas periferias, continuava ela, a maior parte dessas pessoas se defronta com empregos humilhantes, caracterizados pelo controle de outras pessoas e por salários insuficientes, e/ou com o desemprego estrutural, que as empurra para o desalento e eleva a humilhação ao limite. Nesse ponto eu intervi, perguntando se as prisões policiais eram realizadas principalmente nesses bairros periféricos, ao que ela assentiu, indicando que se eu fizesse pesquisas nesses locais eu constataria sua composição majoritária de camponeses que foram expulsos ou, por diversos motivos, tiveram que abandonar o campo.

Naquela manhã Marina ainda me falou sobre o trabalho da CPT Juazeiro e me convidou para voltar com Ícaro e conhecer as cartografias que ele estava produzindo sobre o processo de grilagem de terra sofrido pelas comunidades de Areia Grande (Maia, 2020; cf., também, Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais, 2017). Eu aceitei prontamente e nos despedimos. Enquanto eu saía da sala da CPT, descia para o primeiro pavimento do prédio e me encaminhava para o portão da Diocese, comecei a perguntar como poderia levar aquela sugestão de Marina adiante, uma vez que eu não conhecia praticamente nada sobre a questão fundiária, populações camponesas e a história daquela região. Mesmo a respeito da barragem de Sobradinho eu só conhecia generalidades. Segui para casa sentindo uma mistura de profunda atração por aquela sugestão e incapacidade de torná-la um problema claro de pesquisa.

Reencontrei Marina na semana seguinte, com Ícaro, e outra vez ainda em julho. Foi nessa ocasião que ambos falaram sobre uma grande formação de agentes pastorais que ocorreria na Região Nordeste e me convidaram para uma reunião de planejamento. Ícaro não poderia participar diretamente porque o prazo de defesa da sua tese estava se esgotando. Eu aceitei, mas lhes disse que receava não saber como ajudar. Um dia antes dessa reunião, Marina pediu para que eu fosse ao Encontro da Comissão de Formação das CPTs do Nordeste que estava ocorrendo no Centro de Formação Dom José Rodrigues, do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), localizado a 12 km de Juazeiro, para conhecer duas agentes que compunham essa comissão ampliada dedicada a organizar e executar o curso de formação para agentes pastorais: Maria Aparecida de Jesus Silva, da CPT Centro Norte/BA – Senhor do Bonfim e Vanúbia Martins de Oliveira, da CPT Nordeste 2 – Campina Grande-PB. Era noite, o jantar já havia sido servido, uma parte do pessoal se retirava para os quartos, enquanto outros animavam uma roda de violão. Conheci Cidinha e Vanúbia e, durante nossa conversa, elas perguntaram sobre minha trajetória e interesses de pesquisa. Não lembro bem como respondi essas questões, mas terminei a minha fala dizendo que não entendia praticamente nada sobre a questão fundiária, embora estivesse disposto a ajudar com o que fosse possível. Já era tarde e logo nos despedimos. Iríamos nos reunir na manhã seguinte na CPT Juazeiro.

Nessa reunião, Marina, Cidinha e Vanúbia me apresentaram a proposta do curso e sua história, que remontava à origem da CPT, ao mesmo tempo em que deliberavam a melhor maneira de executá-la. Para aquele ciclo de formação, a proposta estava ancorada no “Projeto nacional de formação em educação e diversidade camponesa”, coordenado pelos professores Cláudio Lopes Maia, Ismar da Silva Costa e Jadir de Moraes Pessoa, todos da Universidade Federal de Goiás, concebido para ser executado de maneira descentralizada, por meio de parcerias com universidades de todo o país. Voltado a agentes pastorais que atuavam em situações de conflitos agrários, o curso teria duração de 384 horas, divididas em 4 módulos, alternando períodos intensivos de aula e retornos das/os alunas/os às comunidades onde desempenhavam seus trabalhos correntes. Às coordenações regionais, num primeiro momento, caberia planejar eventuais ajustes nas disciplinas,

construir um cronograma de execução, reunir um corpo docente capaz de ministrar os conteúdos demandados, propiciar a infraestrutura de transporte, alimentação e estadia, demandada a cada módulo, e realizar um levantamento das/os agentes interessadas/os na formação com as regionais da CPT de todo o Nordeste.

Feita a apresentação, elas perguntaram-me se eu toparia compor a coordenação do curso com elas. Eu afirmei com ressalva o mesmo da noite anterior, ressaltando que seria importante encontrar alguém que reunisse competência acadêmica para tratar do problema agrário. Todavia, aceitaria realizar um secretariado menos pedagógico e mais administrativo, cuidando do contato com as/os docentes que fossem definidas/os para as disciplinas elencadas, sistematizando as matrículas, organizando declarações e certificados e viabilizando o Espaço Plural e a Casa de Apoio da UNIVASF para as estadias e realização das aulas. Cidinha riu e disse que “não tinha essa de secretário”, que isso era o que elas esperavam para a coordenação. Eu assenti e disse que, aos poucos, iria estudando os problemas concernentes às temáticas do curso. A isso, Marina respondeu que a metodologia da CPT era baseada no princípio segundo o qual *o caminho se faz ao caminhar* e que, portanto, deveríamos ir *andando junto, passo a passo*¹⁰.

Essa divisa política, que também é uma problematização metodológica, tranquilizou-me para o início da construção do nosso curso e, do modo como a compreendi, retirou-me uma certa ansiedade de encontrar um enquadramento para o problema formulado por Marina em nosso primeiro encontro. Em vez de recolher esse problema como um mero *insight* nativo a ser traduzido ou preenchido com conhecimentos teóricos que explicam o que ele próprio não pode teorizar¹¹, essa divisa pareceu-me indicar a possibilidade de compreendê-lo como um *caminho* que só pode

¹⁰ Acionamentos do famoso verso do poeta andaluz Antonio Machado são muito importantes de Paulo Freire a Leonardo Boff. Para ficar com apenas um exemplo no âmbito da CPT, conferir o lindíssimo texto de Werner Fuchs no qual ele mobiliza esse verso para contar a própria história dessa comissão pastoral (2002, p. 54).

¹¹ Cf. as críticas de Otávio Velho (1995 [1987]) e Carlos Fausto (1987) ao reducionismo teórico praticado por José de Souza Martins em face das formulações camponesas a respeito do *cativoiro*.

ser aberto e, portanto, criado, no *caminhar junto*¹². Não que ele prescindia de evocações teóricas e de investimentos etnográficos. A questão toda é que ele próprio é uma formulação teórica a ser etnografada, muito mais do que apenas uma pista a ser decifrada teoricamente.

Na próxima seção, indicando algumas ações nas quais tenho participado com o pessoal da CPT Juazeiro, procuro evidenciar como o problema levantado por Marina se adensa em outras formulações feitas por agentes pastorais e por companheiras/os de comunidades atingidas por grandes projetos energéticos. Também, como esse mesmo problema se conecta a formulações mais antigas que compõem ou foram acionadas pelo mesmo trabalho pastoral.

CRESCE A MINERAÇÃO NAS COMUNIDADES, CRESCEM AS PERIFERIAS, INFELIZMENTE

Seguindo os passos de Marina, Cidinha e Vanúbia, construímos um curso de formação que atendeu 26 alunas/os provenientes de várias cidades do Nordeste, todas/os elas/es atuando em situações de conflitos agrários: Ocara-CE, Pacujá-CE, Baturité-CE, Santo Antônio de Lisboa-PI, Cural Novo-PI, Barras-PI, Cristino Castro-PI, Simões-PI, Porto-PI, União-PI, Maceió-AL, Alagoinha-PB, Mossoró-RN, Palmares-PE, Tracunhaém-PE, Irecê-BA, Ibotirama-BA, Piriá-BA, Jacobina-BA, Senhor do Bonfim-BA, Itaetê-BA e Juazeiro-BA¹³. Para tanto, contamos com o

¹² A preocupação etimológica de pensadores da CPT em enfatizar o sentido de “caminho”, guardado na palavra “método”, como forma de pensar um trabalho de base, que não é feito “nem para, nem sobre, mas com as diferentes partes envolvidas” (Peloso e Siqueira, 2002, p. 15 e p. 25), talvez indique algumas conexões produtivas com a etnografia. Para esses fazeres que exigem simetria e horizontalidade, as definições etimológicas correntes de “metodologia” como “caminho para chegar a um fim” (Nascentes, 1955, p. 330), ou “la manière d'arriver à un but par la voie la plus convenable” (Morin, 1809, p. 83), parecerão pouco abertas às transformações produzidas pelas relações. Nessa direção, pensar que o “caminho” (*ὁδός* ou *hódos*) se faz ao caminhar, parece uma melhor medida.

¹³ Agradeço imensamente a cada aluna/o pelo convívio alegre e pelos ensinamentos: Abeltânia de Souza Santos, Ailton Carvalho Costa, Alannainy de Oliveira Silva, Aurineide da Silva

trabalho dedicado de docentes provenientes de diversas localidades e instituições, interseccionando saberes de diversas áreas: História, Direito, Sociologia, Educação, Teologia, Antropologia e Geografia¹⁴. Os três primeiros módulos, disciplinares, realizados no Espaço Plural da UNIVASE, ocorreram de 10 a 24 de julho de 2018 (144 horas), de 14 a 26 de janeiro de 2019 (120 horas) e de 15 a 26 de julho de 2019 (120 horas). O quarto módulo, dedicado às apresentações dos trabalhos finais das/os alunas/os, foi realizado de 4 a 8 de novembro de 2019, no Centro de Treinamento de Líderes de Carnaíba do Sertão (Diocese de Juazeiro).

Os trabalhos finais produzidos pelas/os alunas/os explicitaram importantes dimensões da (re-)existência de camponeses e comunidades tradicionais (produção de remédios caseiros e práticas ancestrais de cura, história de assentamentos, práticas de sistematização de experiências de luta), bem como dos desafios que se impõem aos seus modos de vida (efeitos nefastos decorrentes das implantações de parques eólicos e de usinas fotovoltaicas, conflitos por água e seus impactos socioambientais, luta pela permanência em assentamentos, fechamento de escolas do campo). Um desses trabalhos, produzido por Alannainy de Oliveira Silva, intitulado *Juventude de Humaitá: o dilema entre ir e ficar*, buscou compreender as motivações de jovens

Camilo, Amanda dos Santos Monteiro, Carivaldo Ferreira dos Santos, Cleriston Oliveira, Domingos Rocha Gomes, Fernanda Bezerra Gomes de Lima, Francisco José Sousa Rocha, Gerlane Bernardino dos Santos, Heloísa Muniz do Amaral, José Carlos da Silva Neto, Joseli do Nascimento Cordeiro, Lucas José dos Santos Silva, Luis José Silva Pereira, Manoel Libânio de Souza, Maria Sales, Maria Santana Jardim, Maria Lucia Silva Mascarenha, Marilene Vieira Barbosa, Paulo Henrique Carvalho da Silva, Rosiene Silva dos Santos, Sandecleia Modesto de Macedo, Sandra Leny Angelo dos Santos e Sebastião Batista dos Santos.

¹⁴ Agradeço imensamente a Tatiana Emilia Dias Gomes (UFBA), Ana Motta (UFF), Ozelito Souza Cruz (UNEB), Vanderlei Souza Carvalho (UNIVASF), Vanderléa Andrade Pereira (UNIVASF), Adelson Dias de Oliveira (UNIVASF), Mônica Cox de Brito Pereira (UFPE), Cláudio Dourado (CPT Centro Norte/BA - Ruy Barbosa), Joyce Souza Lopes (UFBA), Delcídes Marques (UNIVASF), Gabriel Pugliese Cardoso (UNIVASF), Ana Elizabeth Souza de Siqueira (CAR-BA - Pó-semiárido), Nilton de Almeida Araújo (UNIVASF), Edivania Granja (IF Sertão PE), Márcia Nóbrega (PPGAS-Unicamp), Ícaro Cardoso Maia (UNIVASF), Thiago Rodrigues Santos (UFRB), Cláudio Ubiratan Gonçalves (UFPE), Átila de Menezes Lima (UNIVASF), Tiago Thorlby (CPT), Luciano Bernardi (CPT), Roberto Malvezzi (CPT), Marina Rocha Braga (CPT Centro Norte/BA - Juazeiro) e Ruben Siqueira (CPT).

de famílias posseiras do Engenho Humaitá, localizado no município de Palmares, Mata Sul de Pernambuco, para deixar o campo e migrar para áreas urbanas. Mesmo chamando a atenção para os problemas teóricos implicados na delimitação de fronteiras claras entre o “urbano” e o “rural”, o trabalho de Alannainy apontava uma possibilidade distintiva da vida na cidade, marcada pela intensidade da exploração da força de trabalho: “onde se trabalha muito para enriquecer uns poucos no capitalismo feroz e desumano”. E continuava: “O que tem piorado nos últimos dois anos com a mudança do governo para Temer e o atual presidente Jair Bolsonaro onde os trabalhadores e trabalhadoras têm perdido seus direitos”.

Durante o debate em torno do trabalho de Alannainy foram tecidas considerações sobre a relação entre a diminuição da população rural e o inchaço das periferias urbanas. Evidentemente, o que estava em debate não eram os anseios dos jovens do Engenho Humaitá, a maior parte desejando empregos específicos e formação universitária, mas a falta de políticas estruturais voltadas à pequena produção agrícola, pecuária e extrativista familiar e comunitária combinada à estrutura político-econômica que organiza nossos espaços urbanizados.

Concluimos nosso curso de formação em novembro de 2019, entregando os relatórios finais para o pessoal da UFG e as certificações provisórias para docentes e discentes no começo de 2020. Logo depois veio a Pandemia de Covid-19. Aproveitei a suspensão das aulas para preparar uma disciplina a ser ofertada remotamente dedicada a explorar o problema das “confiscações” e das “lutas anti-confiscatórias”, elaborado por Villela (2020), e para criar um grupo de estudos sobre as políticas desenvolvimentistas que produziram as condições de possibilidade para a construção da barragem de Sobradinho. O desafio era vasculhar trabalhos a respeito do Vale do Submédio São Francisco que evidenciavam a natureza confiscatória do privilégio empresário-governamental à chamada modernização latifundiária (mecanização, hiper-irrigação, agro exportação), das várias frentes de exploração de matrizes energéticas (hídrica, eólica, solar, mineral) e das redes de ilegalismos empresário-jurídicos em torno das grilagens¹⁵. Nessa

¹⁵ Desse primeiro esforço de pesquisa resultou a monografia de Sabrina Bezerra, intitulada *Política oblíqua do desenvolvimentismo: análise antropológica dos documentos do arquivo SUDENE*, defendida pelo Colegiado de Ciências Sociais da UNIVASF, em outubro de 2021.

trilha, um dos documentos que li tocava centralmente no problema levantado por Marina. Trata-se do Relatório da “Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar as Causas e Consequências das Cheias do Rio São Francisco” (Câmara dos Deputados, 1982)¹⁶, cuja existência foi provocada por denúncias realizadas por sindicatos rurais filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), apoiadas pela Igreja e tendo como depoentes o já mencionado bispo de Juazeiro e os bispos de Barra-BA, Dom Orlando Octacílio Dotti, e Propriá-SE, Dom José Brandão de Castro. Dois trechos deste relatório interessam diretamente. O primeiro, quando faz menção ao depoimento prestado pelo presidente da CONTAG à época, José Francisco Silva, que expressa a seguinte consideração:

A construção de Sobradinho teve um custo social altíssimo. Os trabalhadores rurais não foram indenizados convenientemente. Populações inteiras foram deslocadas de seus locais tradicionais de residência e jogadas para a periferia das grandes cidades da área ou mesmo para as grandes cidades do Centro-Sul. Os projetos de irrigação a cargo da CODEVASE, ainda pouco numerosos, também não primaram pela preocupação social. Raramente foram aproveitados trabalhadores rurais da própria região, e o número de empregos destruídos suplanta o número de empregos criados. Algumas áreas de tensão social no Vale, estão hoje situadas nos projetos da CODEVASE. Como não se tocou no problema fundiário, a valorização das terras, acarretada pelas obras de infra-estrutura implantadas na região, provocou a intensificação da grilagem de terras no Vale, aumentando ainda mais a insegurança dos trabalhadores rurais (Câmara dos Deputados, 1982, p. 38-39).

O segundo trecho é a reprodução de uma carta-relatório que o Engenheiro Eunápio Peltier de Queiroz, Diretor de Obras da CHESF (e um dos depoentes desta CPI), enviou ao então presidente da Eletrobras, Mario Penha Bhering, antes do início das obras, em 14 de julho de 1972. As conclusões dessa carta-relatório

¹⁶ Essa CPI foi criada pela Resolução nº 28/1980, publicada no Diário do Congresso Nacional, edição de 27 de junho, na página 6.474. O encaminhamento da aprovação do Relatório, Conclusões e Encaminhamentos produzidos pela CPI se deu por meio do Projeto de Resolução nº 331/1982. A aprovação definitiva foi promulgada pela Resolução nº 2, de 09 de março de 1983.

ressoaram nas entidades sindicais e nas ações diocesanas, evidenciando as negligências dos responsáveis pela construção da barragem de Sobradinho:

O destino e a transferência desse numeroso contingente humano, de acordo com o acima exposto, transcende porém do limite das nossas atribuições e da nossa competência.

Obviamente, é impossível deixarmos de prestar a essas famílias subitamente despertadas de sua vida pacata e tranquila para a imposição dramática do abandono de tudo o que constitui os seus meios e razões de viver, a nossa solidariedade e a assistência eficiente e decisiva do Poder Público, a fim de que possam reconstruir um novo meio de vida. Não fazê-lo, seria permitir sua emigração desordenada e conseqüente marginalização, expondo-os ao tráfico, à mendicância, à delinquência e à prostituição e isso é, evidentemente, inadmissível” (Câmara dos Deputados, 1982, p. 95-96)¹⁷.

O Relatório da CPI, referindo-se a esse trecho, fala das “proféticas palavras do engenheiro responsável pela construção da barragem”, sublinhando que as providências por ele reclamadas não foram concretizadas (Câmara dos Deputados, 1982, p. 96). Essa compreensão interna ao “Poder Público”, e anterior

¹⁷ Talvez seja preciso sublinhar que Eunápio Peltier de Queiroz mobiliza o verbo *expor* (e não *tornar*) para estabelecer a relação entre “marginalização”, de um lado, e, de outro, “tráfico”, “mendicância”, “delinquência” e “prostituição”. Isso, talvez, não seja sem importância se ressaltarmos que, sob os marcos da fundação da Sociologia da Violência (Coelho, 1978, 1980 e 1988; Paixão, 1983, 1990 e 1994; Zaluar, 1985, 1994a e 1994b; Adorno e Bordini, 1989), construiu-se a crítica à famigerada “tese da associação entre crime e pobreza”, que seria uma “ideologia” decorrente do “marxismo vulgar” e que favoreceria – muitas vezes inadvertidamente – a ideia de que “todo pobre é criminoso”. Todavia, esse poderoso quadro analítico, que sepultou promissoras tentativas de estudar as relações constituintes entre a produção social da pobreza e a produção social da criminalidade, até hoje não indicou quem são as/os autoras/es que estabeleceram correlações lineares entre pobreza e criminalidade (Misse, 1995a, p. 84). Essa tese diz mais sobre o próprio patrimônio intelectual da Sociologia da Violência, do que de seus alvos anônimos (Marques, 2018, especialmente o capítulo “3. Sociologia da Violência: expansão securitária via ciência”). Mais importante que isso talvez seja refletir sobre as práticas subalternas, contravenções e crimes que, do ponto de vista do engenheiro responsável pelas obras da CHESF, apresentavam-se nas condições provocadas pela “emigração desordenada”.

à construção da barragem, combinada ao fato de que somente ao longo dos anos de 1976 e 1977, já às vésperas da inauguração da barragem (em março de 1978), a CHESF decidiu atender à principal reivindicação da maior parte das 72 mil pessoas atingidas, que era permanecer na borda do futuro lago, estão na base do que Sigaud chamou de “imprevidência do Estado” (1986, p. 23 e ss.).

Esses dois trechos do Relatório da CPI das Cheias do São Francisco dão uma dimensão dos desdobramentos aterradores ocorridos após a conclusão da barragem, a ampliação dos perímetros públicos de irrigação administrados pela Companhia de Desenvolvimento do Vale de São Francisco (CODEVASF) e a chegada de uma série de empresas atraídas para a região¹⁸. Testemunha desses acontecimentos por meio da atuação na CPT Juazeiro junto a uma série de comunidades realocadas à beira do lago, mas também de trabalhadoras e trabalhadores rurais tragados para as cidades de Juazeiro e Petrolina, Ruben Siqueira rememora o funcionamento do “mercado de mão de obra” acionado pelas grandes fazendas da região:

Pode-se assistir em pontos específicos, de uma e outra cidade, como funciona o mercado de mão de obra. De manhãzinha, de 30 a 40 homens e mulheres se concentram, sentados sobre seus garrafões térmicos de água e chapéus e roupas para proteger do sol, esperam pelos capatazes que chegam em caminhonetes e escolhem quantos precisam entre os que lhes parecem mais aptos. Os que sobram, voltam desanimados sabe-se lá para que canto periférico da cidade, insalubre e violento. Dia seguinte, a cena se repete. São avulsos, sem contrato, trabalham por dia ou por safra empreitada (Siqueira, 2010, p. 16).

¹⁸ A CODEVASF ampliou o seu nome, acrescentando “e do Parnaíba” ao final, quando sua área de atuação foi ampliada por meio da Lei nº 9.954/2000, passando a contemplar a bacia desse rio nos estados do Piauí e Maranhão. A parcela do estado do Ceará, que também é abrangida por essa bacia, foi incorporada por meio da Lei nº 12.040/2009 e os vales dos Rios Itapecuru e Mearim, no estado do Maranhão, por meio da Lei nº 12.196/2010. O primeiro perímetro irrigado do Polo Juazeiro-Petrolina foi Bebedouro, inaugurado em 1968, seguido por Mandacuru, em 1971, Tourão, em 1979, Maniçoba e Curaça, ambos em 1980, e Nilo Coelho, em 1983 (Pereira, 2012, p. 72).

Se avançarmos no tempo, em direção a outra grande obra, a transposição do Rio São Francisco, vemos o mesmo conjunto de problemas enfrentados pelas populações atingidas pela barragem de Sobradinho se repetir. Na síntese de Alzení Tomáz (2010), coordenadora do Laboratório de Pesquisas Cartográficas em Povos e Comunidades Tradicionais no Núcleo de Estudo e Pesquisa em Comunidades e Povos Tradicionais e Ações Socioambientais (NECTAS/UNEB) e membro do Conselho Pastoral dos Pescadores (PCC/NE), as populações afetadas “dão lugar às obras e se espalham nas periferias das cidades ou em vilas construídas pelas empreiteiras bem distantes dos canais, perdendo o pouco de terra que lhes restam” e recebendo “indenizações irrisórias” (p. 254-255).

A generalidade da relação entre expulsão da terra e despejo em periferias urbanas aparece na Dedicatória do lindo livro de fotografias de Carmelo Fioraso (sem data), fotógrafo italiano que se engajou no trabalho da CPT em 2004, que conta com versos de João Muniz, do povoado Mendonça (depois transformado no assentamento Almir Muniz), em Itabaiana-PB, e apresentação do padre Hermínio Canova, da CPT Nordeste 2. Diz o seguinte, essa Dedicatória:

Às comunidades camponesas que umedeceram com seu sangue e suor o solo nordestino do Brasil. Um povo cheio de cicatrizes, sugados pela concentração da Terra, pelo intenso monocultivo da cana de açúcar e jogados às periferias das cidades e às beiras das estradas. Um povo de teimosia e persistência incansáveis na luta por vida e liberdade (Fioraso, s/d, sem página).

Finalmente, concluo essa seção voltando à barragem de Sobradinho, onde uma série de comunidades que resistiram bravamente ao destino que a CHESF e outros órgãos governamentais e empresas¹⁹ quiseram dar às suas existências,

¹⁹ CODEVASF, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural da Bahia (ANCARBA) – hoje Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (EMATERBA) – e, finalmente, Hidroservice, empresa consultora à qual coube a elaboração do Projeto de Colonização de Sobradinho, posteriormente denominado Projeto

hoje enfrentam os ardis das empresas de mineração, cujos projetos de exploração mineral na região vêm proliferando intensamente nos últimos quinze anos. Durante o “Seminário popular no debate da mineração na Região Norte (BA)”, promovido pela Articulação Estadual de Enfrentamento ao Modelo Mineral e em Defesa da Vida na Bahia, realizado *online* em 14/04/2021, uma das falas do pessoal das comunidades afetadas tocou diretamente na relação entre expropriação de terras e expansão das periferias urbanas²⁰. Após relatar que empresas de mineração andaram pelas onze comunidades da região fazendo prospecções “*sem consultar e se importar com os verdadeiros da terra*”, Sonha Maria Oliveira, da Comunidade Pascoal, Sento Sé-BA, enfatizou com veemência que as pessoas dessas comunidades “*têm os três T’s que são fundamentais para a vida, segundo o Papa: terra, teto e trabalho*”, e que as empresas de mineração “*vêm e tiram a terra e o trabalho e, no futuro, acabam por retirar o teto*”. Alertando que o discurso dessas empresas “*faz com que muitas pessoas*

Especial de Colonização Serra do Ramalho (PECSR). Localizada a mais de 700 km da área da barragem de Sobradinho, Serra do Ramalho foi o local para o qual a CHESF e o INCRA quiseram deslocar as populações atingidas.

²⁰ Esse seminário foi um dentre diversos outros que, desde o início da Pandemia de Covid-19 reuniu comunidades atingidas pela mineração e entidades e coletivos que apoiam suas lutas, dentre as quais a CPT por meio de suas regionais. Nesse seminário estavam presentes representantes de diversas comunidades: Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto Baixão dos Bois, Campo Alegre de Lourdes-BA; Comunidade Genipapo, Saúde-BA; Comunidade de Fundo de Pasto de Limoeiro, Pilão Arcado-BA; Comunidade Fundo de Pasto Baixão, Campo Formoso-BA; Comunidade Mucambo dos Negros, Miguel Calmon-BA; Comunidade de Vargem Comprida, Curaçá-BA; Comunidade Rio do Rancho, Uauá-BA; Comunidade Pascoal, Sento Sé-BA; Comunidade Frade, Curaçá-BA; Comunidade de Fundo de Pasto Lagoa do Meio, Uauá-BA; Assentamento Nova Vida, Cansanção-BA. Também estiveram presentes representantes da CPT de Juazeiro, Senhor do Bonfim, Ruy Barbosa, Pilão Arcado e Irecê; Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP); Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR); Rede Mulher, Campo Alegre de Lourdes-BA; Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA); Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM); e Articulação Estadual das Comunidades Tradicionais de Fundos e Fechos de Pasto (Uauá-BA). Além de pesquisadoras/es da UNEB, UFBA, UNIVASF e UFRB.

das comunidades acreditem no progresso e no emprego”, ela agradeceu à CPT e ressaltou que o “*intercâmbio com outras comunidades mostra que esse progresso nunca chega*”. Ela concluiu sua fala com as seguintes palavras: “*Nosso nome é Resistência e o nosso lema é viver em paz*”. E, no chat, pouco tempo depois, incitada pela fala de outras/os companheiras/os, escreveu o seguinte: “*Cresce a mineração nas comunidades, crescem as periferias, infelizmente*”.

Essas variadas referências, que de maneiras diversas se conectam ao problema levantado por Marina, evidenciam uma compreensão a respeito da relação entre expulsão da terra e expansão das periferias cuja existência atravessa o trabalho pastoral da CPT, pelo menos ao longo dos quarenta e cinco anos de existência da CPT Juazeiro e, portanto, de suas conexões regionais mais imediatas. Conforme explicitiei anteriormente, interessa-me desdobrar essa compreensão sem descon siderar os marcos da sua própria formulação. Para isso, entendo que é preciso deslindar a sua geografia teórica, tarefa da próxima e última seção.

SOBRE O CATIVEIRO DA TERRA E AS PERIFERIAS DE JUAZEIRO E PETROLINA

Para compreender os cárceres de Juazeiro e Petrolina é preciso compreender o *cativeiro da terra*, disse Marina. Mas o que é o *cativeiro da terra*? O que essa noção descreve a partir desse ponto de enunciação que é a CPT Juazeiro? Deslindarei essas questões acionando as próprias explicações e exemplos mobilizados por Marina, que venho registrando nas diversas conversas que temos travado sobre a história da sua família, o serviço pastoral da CPT Juazeiro, os efeitos mortíferos da construção da barragem de Sobradinho e o avanço das mineradoras sobre as comunidades da região. Ao longo da exposição, evidenciarei os pontos de contato entre as explicações e exemplos dados por ela e os registros antropológicos da noção *cativeiro* feitos por Sigaud (1986) e Siqueira (1992). Por conta dos limites deste trabalho, não farei o mesmo com outros estudos clássicos que registraram essa noção, sobretudo nas fronteiras agrícolas da Amazônia e no Nordeste canavieiro (cf. Velho, 1995 [1987]). Antes de passar à exposição, reitero que o propósito deste trabalho é evitar

uma “postura [...] epistêmica que *sempre* supõe uma segunda leitura ou um *duplo sentido* em tudo” (*id. Ibid.*, p. 29, com itálicos no original; cf. também, Fausto, 1987), como se fosse preciso traduzir as explicações e exemplos dados por Marina através de teorias capazes de explicar o que ela não saberia. Essa precaução ética e metodológica não abre mão de acionamentos teóricos, apenas lhes confere uma posição adjacente à teorização de Marina, lado a lado, mas nunca como um fundo decodificador ou, no limite, mais verdadeiro. Aliás, como indica o curso que coordenei com Marina, Cidinha e Vanúbia, e outros tantos eventos em que participei, a CPT também não abre mão de acionamentos teóricos que ajudam a caminhar junto com os (e não pelos) “povos da terra e das águas” (Comissão Pastoral da Terra, 2002)²¹.

Em uma das primeiras vezes que conversei com Marina sobre o problema do *cativeiro*, ela fez uma formulação que dá uma ideia da intensidade e da duração dessa categoria como baliza de existência para as populações que vêm *lutando contra o capital e as artimanhas do Estado*, da construção da barragem de Sobradinho aos novos empreendimentos energéticos (mineração, parques eólicos, usinas fotovoltaicas) implantados na região. Marina disse o seguinte: “*Isso é forte. O que o pessoal diz até hoje, em qualquer luta, o medo do cativeiro*”. Cinco exemplos amparam essa avaliação. Os dois primeiros descrevem circunstâncias percebidas como *cativeiro* por quem as viveu. Os dois exemplos seguintes estão relacionados diretamente à *experiência de fé que as comunidades têm*, a uma *resistência* que se ampara no *Deus da Bíblia, o Deus dos pobres, que está junto, que não abandona o seu povo*. Sublinhando

²¹ Quanto a esse ponto, é preciso dizer que trabalhos do próprio José de Souza Martins, criticados por Velho (1995 [1987]) e Fausto (1987), são acionados em produções textuais e em formações promovidas pela CPT que, diga-se de passagem, têm o objetivo explícito de não falar em nome dos camponeses e não desconsiderar suas formulações. Isso repõe discussões epistemológicas que não posso desdobrar neste trabalho. O que eu gostaria de indicar é que a evocação de Marx e de teorias sobre o capitalismo – assim como sobre racismo, gênero, antropoceno, decolonialidade, etc. – não é um problema para a CPT, mas uma exigência. A questão toda é como domesticar esses debates para que seus diagnósticos poderosos caminhem *com* o trabalho pastoral junto aos povos da terra e das águas, e não como explicações que descartem seus saberes.

o papel das Comunidades Eclesiais de Base, Marina disse-me que essa resistência se expressa nos “*cantos do retorno do cativo*”, e que “*isso sempre deu uma força muito grande para o povo continuar lutando*”. O quinto e último exemplo é a rememoração da *orientação* que o avô de Marina oferecia para que as pessoas do Riacho Grande não sucumbissem à *escravidão*. Essa *orientação* decorria das memórias sobre os *cativos de antes* e alertava para as *submissões* tentadas contra eles por serem *pobres, negros e da roça*.

O primeiro exemplo remete às condições de existência nas agrovilas de Serra do Ramalho, entre os municípios de Bom Jesus da Lapa-BA e Carinhanha-BA, uma região localizada a mais de 700 km de distância da barragem de Sobradinho. Essas agrovilas foram implantadas pelo Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho (PEC SR), instituído pelas ações combinadas da CHESF, INCRA e ANCARBA, com a finalidade de realocar as populações que estavam sendo removidas contra suas vontades durante a construção da barragem. Segundo Marina, muitas pessoas foram *seduzidas* pela CHESF, confiando que nessas agrovilas haviam sido implantados projetos de irrigação²². Todavia, *levas de famílias voltaram de lá*, contando que não havia irrigação alguma, *que era um lugar seco* e que ficaram submetidas aos técnicos do governo. Em face dessa perda de autonomia, conta Marina, quem retornava, afirmava que *lá era o cativo* (cf. Sigaud, 1986, p. 27; Siqueira, 1992, p. 63; p. 69; p. 132-133; p. 175-176, nota de rodapé nº 28; p. 276-277). A enorme tristeza dessa gente enganada foi vivida mantendo comparações com o lugar em que nasceram. “*Eles se lembravam que suas comunidades tinham rio ou riacho, tinham peixes, era onde eles sabiam como*

²² Segundo os dados da CHESF apresentados por Siqueira (1992, 65-65 e 69), a remoção para o PEC SR alcançou 11,75% da população expulsa da área coberta pelo reservatório. As “iludições” dos técnicos da CHESF foram comparadas, por interlocutoras/es de Siqueira, às ações do “satanás” (*id. ibid.*, p. 232-233), enquanto a CHESF era chamada de “Besta-fera” por conta da destruição do “mundo da beira do rio” (*id. ibid.*, p. 212). Mais tarde, com os projetos de irrigação, “o povo, apocalíptico, inventou de achar que era a ‘besta-fera’ de duas cabeças, a CODEVASF a da terra, e a CHESF a das águas, dito que Dom José Rodrigues, o pequeno grande bispo de Juazeiro, incorporou em suas falas firmes contra os desmandos feitos por uma e outra em nome do progresso” (Siqueira, 2010, p. 16).

buscar o alimento, conviver". Além disso, sob a condição de heteronomia imposta pelos técnicos, refletiam a respeito da importância das relações familiares e da comunidade: "*voltando*", pensaram eles, segundo Marina, "*nós vamos encontrar uma saída para viver, apesar do sofrimento que vamos ter. E vamos encontrar também a questão da solidariedade que a gente não encontra nesses lugares que tem gente de tudo que é canto*". "*Aqui*", disse Marina em referência à beira do lago de Sobradinho, "*eles sabiam viver*".

O segundo exemplo se refere aos trabalhadores das empresas de fruticultura, instaladas nos perímetros públicos de irrigação, com quem a CPT Juazeiro passou a atuar em 1988, quando decidiu reorientar seu serviço prioritário aos assalariados rurais e aos lavradores e pescadores do lago de Sobradinho. A maior dessas empresas é a Agro Indústrias do Vale do São Francisco S.A. (AGROVALE), instalada numa grande área, na qual viviam comunidades de fundo de pasto. Essa instalação não implicou apenas o deslocamento forçado dessas comunidades, mas a conversão da sua população em assalariados e desempregados. Marina perguntou se eu sabia qual era a palavra mais usada por essas trabalhadoras e trabalhadores, a que melhor descrevia a situação à qual foram submetidas/os: *humilhação*. A "*humilhação do cativo*", por "*serem mandados por um patrão, um capitão do mato*", por receberem "*salários insuficientes*", por "*não poderem utilizar pelo menos uma parte da terra para plantar o que quisessem*" e, finalmente, porque "*não podiam chupar uma uva ou uma manga que eram chamados de ladrão*". Em muitos casos, trabalhadoras/es foram demitidas/os acusadas/os de roubo, por justa causa. Isso tudo "*tirava a dignidade deles*".

O contraste a essa *humilhação* é oferecido por Marina, chamando atenção para as relações ordinárias e de trabalho nas comunidades que vêm conseguindo resistir aos grandes empreendimentos energéticos e permanecer em suas terras. "*Nas comunidades tradicionais você chega e o povo já diz 'entra aí, pode pegar'. Ou você passa na roça de alguém e diz 'tirei uma melancia da sua roça, eu estava com sede'. E quando você está trabalhando na roça do pessoal, é comum você comer as frutas que têm lá*". Essa diferença entre regimes de relações não produz o *cativo* apenas das/os assalariadas/os, tomadas/os isoladamente, pois as próprias comunidades tradicionais sofrem seus efeitos coletivamente. Afinal,

o cercamento dos perímetros irrigados, favorecendo atividades empresariais voltadas à exportação, retirou o acesso amplo e irrestrito à água, fazendo emergir, contra as populações cerceadas, a tenebrosa acusação de “*ladrões de água*”.

O terceiro exemplo trata dos *cantos do retorno do cativo*, de como eles alimentam a *coragem* e a *resistência* do povo e animam as celebrações de *libertação*. Foi assim que as comunidades de Areia Grande encontraram forças em face da operação de remoção que sofreram em 7 de março de 2008, após o juiz local, Eduardo Ferreira Padilha, autorizar a ação de imissão de posse perpetrada por dois empresários, sem assegurar, contudo, a ampla defesa e o contraditório às 366 famílias lesadas e sem possibilitar a intervenção do Ministério Público, em razão da natureza da demanda (conflito agrário de grandes proporções)²³. Essa ação de extrema violência foi seguida por outras ocorridas nos dias 12 e 17 de março; a primeira, mesclando forças policiais e para-policiais e, a segunda, envolvendo cerca de nove jagunços. Nessas três ocasiões, duas casas foram destruídas, cortaram os arames das roças, cortaram criações ao meio, destruíram plantações e caixas de criação de abelhas, colocaram fogo em moradoras/es, dispararam tiros, bateram em moradoras/es, a ponto de quebrar o joelho de um adulto e o braço de uma criança. Para além do trauma irreversível, a CPT calculou um prejuízo que ultrapassava 1 milhão de reais, à época. Marina lembra das pessoas chorando, dizendo: “*perdemos tudo*”. Um quadro de desespero: “*você olhava para a cara do povo, era a coisa mais triste*”.

Em meio a essa violação aterradora, o pessoal de Areia Grande fez uma manifestação pedindo justiça, acampando por vários dias na praça de Casa Nova. Segundo Marina, era o “*tempo todo rezando ou cantando forró e samba de véio, tudo que animava a luta*”. Os pistoleiros estavam na área, mas o pessoal de Areia Grande “*não perdia a coragem e não perdia a força*”. Lá eles ficaram até que no dia 26 do

²³ A grilagem das terras das comunidades de Areia Grande, iniciada em 1979 pela Agroindustrial Camaragibe S/A, teve desdobramentos terríveis nos anos 2000 por meio das articulações de dois empresários: Alberto Martins Matos e Carlos Nizam Lima Silva. Para compreender as nuances desse processo, inclusive o assassinato de Zé de Antero (José Campos Braga), primo de Marina, cf. Comissão Pastoral da Terra (2011); Núcleo de Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde (2014); Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (2017); e Maia (2020).

mesmo mês uma audiência pública foi convocada pelo ouvidor Agrário Nacional, desembargador Gercino José da Silva Filho. Nessa ocasião, o juiz local mudou a sentença proferida anteriormente, determinando o direito dos trabalhadores retornarem às suas terras. Quando eles puderam voltar, segundo Marina, “*era uma noite de chuva, o caminhão buzinaava muito alto*”, e a população de Casa Nova, que estava terrificada com a presença dos pistoleiros na área, “*foi toda para a rua, bater palma*”. Essas pessoas, disse-me Marina, sentiam a falta de alimentação na feira e sabiam que essa escassez devia-se à paralisação das produções do pessoal de Areia Grande: “*esse momento foi de arrepiar, foi como uma vitória, não só para os manifestantes, mas para a população em geral*”. Em época de chuva, o riacho estava cheio e forte²⁴, o que obrigou os manifestantes a fazerem uma grande volta para chegar no Riacho Grande. Lá houve uma comemoração em forma de celebração, com textos bíblicos do Velho Testamento, com destaque para os livros Êxodo e Deuteronômio, e com cânticos sobre o retorno do cativo. A conclusão de Marina expressa a importância desse acontecimento: *Isso foi muito forte. E o povo quando falava, falava com a alma. As pessoas diziam o que estavam sentindo. E isso foi a noite toda em torno da fogueira, debaixo da lona ou fora da lona. Foi a coisa mais forte que eu já vi em toda a minha vida.*

O quarto exemplo não aciona um acontecimento específico, mas aponta para a distinção característica da comunidade de Riacho Grande, quando presente em manifestações. Segundo Marina, enquanto movimentos sociais variados entoam palavras de ordem e gritos de guerra, as pessoas dessa comunidade cantam os *cantos do retorno do cativo* das CEBs. Ao expor essa distinção, Marina cantou versos de duas dessas músicas, “O povo de Deus”²⁵ e “Cântico de Maria”²⁶.

²⁴ Marina sublinha que quando o riacho está cheio e intenso *é igual à luta do povo: ninguém passa.*

²⁵ Destaco aqui a última estrofe e o último refrão dessa música: “O povo de Deus, ao longe avistou/ A terra querida que o amor preparou/ O povo de Deus, corria e cantava/ E nos seus louvores seu poder proclamava” e “Também sou teu povo, Senhor/ E estou nessa estrada/ Cada dia mais perto/ Da terra esperada”.

²⁶ Destaco, também, a terceira e a quinta estrofes dessa música: “Derruba os poderosos dos seus tronos/ erguidos com sangue e suor de seu povo oprimido/ E farta os famintos, levanta os humilhados/ arrasa os opressores, os ricos e os malvados” e “Louvemos nosso

O último exemplo é uma lembrança que Marina faz da *orientação* de seu avô, Roque da Rocha, *que foi a base da comunidade de Riacho Grande*. Essa *orientação*, segundo ela, mostraria que o problema do cativo tem a ver com a *escravidão* e, portanto, *também tem a ver com a luta contra o racismo*, porque sua comunidade *sempre foi muito discriminada*. Seu avô, que trabalhava como vaqueiro para uma família tradicional de Casa Nova, sempre dizia: *nós que somos trabalhadores não podemos ser escravos*. Segundo Marina,

ele não aceitava ser escravizado. E essa orientação dele não era uma orientação individual, uma coisa que era só dele. Então ele criou as pessoas, nós, os filhos, e netos e também os vizinhos, a não serem submissos, a não aceitarem a opressão, a escravidão. A nossa educação popular era a orientação dos mais velhos. E a palavra dos mais velhos tinha peso. Então essa orientação, com esse peso, que ainda é forte para a nossa família e para as pessoas da comunidade, vem sendo passada até os dias atuais, de ninguém ser submisso às ordens de ninguém, de patrão, de chefe, do que diz ter dinheiro e poder.

Essa educação popular ancestral produziu uma capacidade de luta coletiva contra as variadas formas de submissão, uma *resistência por ser pobre, por ser negro, por ser da roça*. A tia de Marina, por exemplo, impedida de assumir o cargo de professora em Casa Nova, após ter sido aprovada em concurso, recebeu grande apoio da família para assumi-lo em Sento Sé, mesmo com as dificuldades da mudança. Essas três condições implicadas – ser pobre, ser negro, ser da roça –, providas dessa orientação ancestral, fez com que o povo do Riacho Grande fosse acusado de *preguiçosos* por usurpadores. Foi assim na época da primeira tentativa de grilagem das terras de Areia Grande, articulada pela Agroindustrial Camaragibe S/A em conluio com o cartório de registro de imóveis de Santana do Sobrado, distrito de Casa Nova, sob o domínio da família Viana de Castro (Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais, 2017; Maia, 2020). Segundo Marina, os invasores diziam: *esses preguiçosos não sabem fazer nada, só sabem plantar maxixe, porque já nasce por si só*.

Pai, Deus da libertação/ que acaba a injustiça, miséria e opressão/ Louvemos os irmãos que lutam com valia/ fermentando a história pra vir o grande dia!”

Mas eles faziam muitas coisas além de plantar maxixe, vivendo uma vida muito mais rica do que a submissão ao assalariamento em fazendas monocultoras. Antes da construção da barragem de Sobradinho expulsar a família de Marina pela primeira vez, em Riacho Grande se produzia mandioca, feijão, abóbora, melancia, gergelim, algodão, mamona, melão; mantinha-se criatórios, principalmente de bodes e cabras; as cheias do riacho propiciavam pesca; a fartura de carnaúbas na beira do riacho possibilitava a extração de cera (destinada à indústria de vinis) e o uso das palhas para o artesanato de esteiras, vassouras e bolsas; na época de colheita da mandioca ocorria a farinhada, com a produção de tapioca, farinha de tapioca, farinha de puba, puba, com o que se fazia bolos, biscoitos etc., destacando a comunidade como uma das maiores produtoras e importante abastecedora das cidades da região; do gergelim fazia-se paçoca; na mata ciliar do riacho tinha em abundância arará, mari e murici (com o qual se fazia licor e paçoca); o pai de Marina, Eduardo Fernandes Braga, tirava cera e mel de mandaçaia e manduri, antes e depois de adotar as técnicas da apicultura; produzia-se sal nas salinas que apareciam durante as estiagens; a casa do avô de Marina era um ponto de passagem do pessoal que conduzia gado de Casa Nova para Juazeiro, para que pudessem *arranchar*; todas as casas tinham hortas dentro de seus quintais, em jiraus onde se cultivava cebolinha, coentro, pimentão e tomate; as fruteiras eram dentro das roças, na beira do riacho, ou dentro do quintal, com muita manga, pinha, caju e tamarindo; além disso, as casas eram embelezadas com muitas flores. Comercializando muitos desses produtos na feira de Casa Nova, onde obtinham outros produtos que lhes eram necessários, as famílias do Riacho Grande contavam com uma considerável diversidade alimentar que se combinava à autonomia em relação ao próprio tempo de trabalho, uma forma de vida bastante diferente do que alguns pesquisadores chamaram de “agricultura de subsistência para autoconsumo” (cf. a crítica de Sigaud, 1986, p. 25-26).

Esses cinco exemplos fornecem um quadro de relações que pode balizar os desdobramentos desta pesquisa, colocando algumas exigências para o estudo da formação das periferias e do pesado aparato policial e penitenciário de Petrolina e Juazeiro. Um bom começo, talvez, implica compreender que as

referências bíblicas e as experiências religiosas que atravessam as explicações e os exemplos dados por Marina são mais do que analogias ao povo hebreu, são referências para pensar “experiências vividas” (Velho, 1995 [1987], p. 16) por pessoas que vêm sofrendo os efeitos devastadores dos grandes empreendimentos energéticos, implantados na região do lago de Sobradinho. Nesse sentido, a “tradição bíblica, dentro da qual, desde pelo menos o Êxodo, o deslocamento representa uma fuga ao cativeiro [...]” (*id. Ibid.*, p. 30), serve de referência à (re-)existência em uma terra que não deve ser abandonada; à reflexão de que o deslocamento, por imposição violenta e/ou por artimanhas mentirosas, conduz ao *cativeiro*; e, não menos importante, à compreensão de que a fuga do *cativeiro* depende da volta à terra comunitária²⁷.

Isso talvez indique, junto às demais relações descritas por Marina, que as periferias urbanas de Juazeiro e Petrolina podem ser pensadas como cativeiros por excelência, ainda que essa caracterização diga pouco sobre suas diferenças e resistências: 1) destino de pessoas de toda parte, onde nem todas/os podem manter os vínculos familiares extensos; 2) estoque urbano de força de trabalho subcontratada e sub-remunerada, onde os índices de desemprego são altíssimos; 3) espaço constituído sob as artimanhas da especulação imobiliária, com serviços públicos precários (inclusive de acesso à água), em que a dependência de outrem é potencializada; 4) constituído, também, sob o princípio da maximização dos ganhos empresariais, com lotes pequenos, geralmente insuficientes para a organização familiar doméstica, quanto mais para produções comunitárias e multicultoras; 5) dependente largamente do consumo de mercadorias produzidas por empresas monocultoras, as quais não se pode comer ou beber sem pagar; e, por fim, 6) composto por uma população majoritariamente não-branca e estruturado por desigualdades raciais frequentemente reclamadas, cujas causas remontam aos *cativeiros de antes*, ao sistema escravista.

²⁷ Chamando a atenção para a maneira como a Bíblia é “um instrumento precioso” na luta pela terra, Werner Fuchs enfatiza a preeminência da experiência histórica do grupo em luta: “Biblicamente a terra somente é símbolo como contraste, nascido da experiência histórica do povo de Israel: antes Egito (escavidão), depois Canaã (terra de herança), antes deserto (privação, sede, fome), agora fartura (leite e mel). Assim, a terra apenas torna-se plena de significado quando se encarna na experiência histórica vivida pelo respectivo grupo” (Fuchs, 2002, p. 62).

Por sua vez, esse quadro genérico, nem por isso menos aterrador, pode servir como uma baliza provisória para os desdobramentos desta pesquisa. Não só para organizar os dados que venho reunindo sobre a constituição das periferias de Juazeiro e Petrolina, mas também os que dizem respeito à expansão prisional e policial nessas duas cidades. Finalmente, ele também pode auxiliar a ampliar os ainda escassos dados que venho reunindo sobre os tipos de “ilegalismos” emergidos nessas condições periféricas que foram transmutados em “ilegalidades” por meio da gestão diferencial operada pelos aparatos de repressão (Foucault, 1975).

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S.; BORDINI, E. Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo, 1974-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 9 (3), p.70-94, 1989.
- AQUINO, J. P. D.; HIRATA, D. Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017. *BIB*, São Paulo, n. 84, 2/2017, p. 107-147, 2018.
- ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS (Org.). Caso 6: Do “Escândalo da Mandioca” à luta das comunidades de fundo de pasto em Areia Grande (Casa Nova). In: *No rastro da grilagem. Formas jurídicas da grilagem contemporânea: casos típicos de falsificação na Bahia*. Salvador, Ano 1, nº 1, p. 37-42, 2017.
- BARBOSA, A. R. Les études sur la violence et la criminalité au Brésil et les processus de “pacification” dans deux métropoles brésiliennes. *Brésil(s): Sciences Humaines et sociales*, n. 9, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/bresils/1829>. Acesso em: 01/11/2022.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Resolução nº 331/1982 – Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar as Causas e Consequências das Cheias do Rio São Francisco*. Brasília, 1982.

CELAM – CONSELHO EPISCOPAL LATINOAMERICANO. *Conclusões de Medellín*. II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, Medellín (Colômbia), 1968.

CELAM – CONSELHO EPISCOPAL LATINOAMERICANO. *Conclusões de Puebla*. III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, Puebla (México), 1979.

COELHO, E. C. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 12(2) p. 139-161, 1978.

COELHO, E. C. Sobre sociólogos, pobreza e crime. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 23, n. 3, p. 377-383, 1980.

COELHO, E. C. A criminalidade urbana violenta. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 31, n. 2, 1988.

COELHO, R. L. L. C. *Política, gestão e cidade. Política habitacional e voto em Petrolina, Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Missão da CPT. In: PELOSO, R. *et al. Saberes e olhares: a formação e educação popular na Comissão Pastoral da Terra*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra; São Paulo: Edições Loyola, p. 5, 2002.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Sistematização da experiência das comunidades de Fundo de Pasto do território de Areia Grande*. Juazeiro, 30 de setembro de 2011.

DAOU, A. M. Um espaço social fora do mapa: as lutas que as águas ensejam e o território como dispositivo. In: ACSELRAD, H. (org.). *Cartografia social, terra e território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, p. 81-118, 2013.

DUQUÉ, G. A experiência de Sobradinho: problemas fundiários colocados pelas grandes barragens. *Ciência e Cultura*, 35(8), p. 1054-1061, 1983.

- FAUSTO, C. Do monólogo à arte dialógica: considerações sobre textos de José de Souza Martins. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, vol. 14, nº 1, p. 28-43, 1987.
- FIORASO, C. *Immagini di resistenza: resistir para existir*. Com versos de João Muniz. Sem cidade, sem editora, sem data.
- FOUCAULT, M. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975.
- FRANCO, M. S. de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997 [1969].
- FUCHS, W. Ninguém é forte sozinho: um olhar sobre a missão da pastoral da terra. In: PELOSO, Ranulfo *et al.* (org.). *Saberes e olhares: a formação e educação popular na Comissão Pastoral da Terra*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra; São Paulo: Edições Loyola, p. 53-67, 2002.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5), p. 07-41, 1995 [1988].
- KOWARICK, L. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019 [1987].
- MAIA, Í. C. *Contracartografias do Fundo de Pasto de Areia Grande (Casa Nova, Bahia): entre dinâmicas tradicionais e lutas territoriais*. Tese (Doutorado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.
- MARQUES, A. *Humanizar e expandir: uma genealogia da segurança pública em São Paulo*. São Paulo: IBCCRIM, 2018.
- MARQUES, A. *et al.* *A construção e as consequências da barragem de Sobradinho. MemoLutas – Vale do Submédio São Francisco*, 2022. Disponível em: <https://memolutas.univasf.edu.br/wp-content/uploads/2022/04/A-construcao-e-as-consequencias-da-barragem-de-Sobradinho.pdf>. Acesso em 19/05/2022.
- MARQUESE, R. de B. A administração do trabalho escravo nos manuais de fazendeiro do Brasil Império, 1830-1847. *Revista de História*, 95-111, 137, 1997.

MARQUESE, R. de B. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras. 2004.

MARQUESE, R. de B. A Ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos: a montagem da cafeicultura brasileira em perspectiva comparada. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, n.4, out.-dez. p. 855-880, 2009.

MARQUESE, R. de B. Visualidade e administração do trabalho escravo nas fazendas de café e engenhos de açúcar de Brasil e Cuba, c.1840-1880. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 32, nº 66, p. 143-170, 2019.

MARTINS COSTA, A. L. Barragem de Sobradinho: o desencontro cultural entre camponeses e técnicos do Estado. In: MARTINS COSTA, A. L. et al. *Hidrelétricas, ecologia e progresso: contribuições para um debate*. Rio de Janeiro: CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação, p. 55-68, 1990.

MORIN, J. B. *Dictionnaire étymologique des mots français dérivés du grec*. Tomo second. Paris: L’Imprimerie Impériale, 1809.

NASCENTES, A. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica; Livraria São José; Livraria Francisco Alves; Livros de Portugal, 1955.

NÚCLEO DE ECOLOGIAS, EPISTEMOLOGIAS E PROMOÇÃO EMANCIPATÓRIA DA SAÚDE. *Areia Branca: oligarquias, cartórios, forças policiais, para-militares e golpes contra o patrimônio público violentam comunidade centenária às margens do lago de Sobradinho, na Caatinga baiana*. Mapa de conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Neepes/ENSP/Fiocruz, 2014. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/areia-branca-oligarquias-cartorios-forcas-policiais-para-militares-e-golpes-contr-o-patrimonio-publico-violentam-comunidade-centenaria-as-margens-do-lago-de-sobradinho-na-caatinga-baiana/>. Acesso em 19/05/2022.

PAIXÃO, A. L. Crimes e criminosos em Belo Horizonte: 1932-1978. In: PINHEIRO, P. S. (Org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- PAIXÃO, A. L. A violência urbana e a sociologia: sobre crenças e fatos e mitos, e teorias e linguagens. *Religião e Sociedade*, 15 (1), p. 68-81, 1990.
- PAIXÃO, A. L. Violência urbana e políticas públicas de controle da criminalidade. In: VELLOSO, J. P. dos R. (Coord.). *Governabilidade, sistema político e violência urbana*. Rio de Janeiro: José Olympio, p. 179-191, 1994.
- PELOSO, R.; SIQUEIRA, R. O fim e o caminho que se faz para chegar lá: sobre a metodologia popular na Pastoral da Terra. In: PELOSO, R. et al. *Saberes e olhares: a formação e educação popular na Comissão Pastoral da Terra*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra; São Paulo: Edições Loyola, p. 13-51, 2002.
- PEREIRA, M. A. T. *Fruticultura, emprego e migração: o caso da região de Petrolina-PE e Juazeiro-BA*. Tese (Doutorado em Demografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- RODRIGUES, F. de J. Mercados ilícitos, ambivalências e agressividade: condições estatais e mercantis de um circuito de bailes de reggae em “periferias” de Maceió, AL. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 1, p. 199-227, 2019.
- SIGAUD, L. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. *Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional*, v. 9, 1986.
- SIGAUD, L. O efeito da tecnologia sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume, p. 13, 1992.
- SIQUEIRA, R. A. de. *Do que as águas não cobriram: um estudo sobre o movimento dos camponeses atingidos pela barragem de Sobradinho*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1992.
- SIQUEIRA, R. A. de. Tramas da imagem, percursos de um Rio-Povo. In: ZINCLAR, J. *O Rio São Francisco e as águas do sertão*. Campinas: Silvamarts Gráfica e Editora, p. 11-22, 2010.

TOMÁZ, A. O Semi-Árido. Um lugar exponencial de encanto, dor e alma. In: ZINCLAR, J. *O Rio São Francisco e as águas do sertão*. Campinas: Silvamarts Gráfica e Editora, p. 253-256, 2010.

TOMICCH, D. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011 [2004].

VELHO, O. O cativo da Besta-fera. In: *Besta-fera: recriação do mundo: ensaios críticos de antropologia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 13-43, 1995 [1987].

VILLELA, J. M.; VIEIRA, S. de A. (Orgs.). *Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2020.

VILLELA, J. M. Capítulo 9: Confiscações, Lutas Anti-Confiscatórias e Antropologia Modal. In: VILLELA, J. M.; VIEIRA, S. de A. (Orgs.). *Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, p. 277-307, 2020.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, A. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ, 1994a.

ZALUAR, A. Violência, crime organizado e poder: a tragédia brasileira e seus desafios. In: VELLOSO, J. P. dos R. (Coord.). *Governabilidade, sistema político e violência urbana*. Rio de Janeiro: José Olympio, p. 83-121, 1994b.

Recebido em: 25/06/2022

Aprovado em: 20/09/2022

